



PARECER PRÉVIO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11583/2017.

Apensos: Processo nº 12970/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Ivon Rates da Silva (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Silvana Grijo Gurgel Costa Rego - OAB/AM 6.767, Sérgio Augusto Costa da Silva - OAB/AM 6.583, Milton Pongitory de Menezes Neto – OAB/AM 10.582, Itamar Brito Gonçalves – OAB/AM 9.684 e Jocione dos Santos Souza Junior – OAB/AM 8.538.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8067/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas do Senhor **Ivon Rates da Silva**, Prefeito Municipal de Envira e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c.c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, e artigo 3º, inciso III da Resolução nº. 09/1997.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Maio de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11583/2017.

Apensos: Processo nº 12970/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Silvana Grijó Gurgel Costa Rego - OAB/AM 6.767, Sérgio Augusto Costa da Silva - OAB/AM 6.583, Milton Pongitory de Menezes Neto – OAB/AM 10.582, Itamar Brito Gonçalves – OAB/AM 9.684 e Jocione dos Santos Souza Junior – OAB/AM 8.538.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8067/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

1º Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Senhor **Ivon Rates da Silva**, Prefeito de Envira e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – TCE/AM, referente à Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Envira.

1º Aplicar Multa ao **Sr. Ivon Rates da Silva** no valor de **R\$10.000,00** (dez mil reais), que deverá ser paga **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico do SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do Estado do Amazonas), sob pena de condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial executiva.



ACÓRDÃO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1 **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite-se as seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- a) Justificar a ausência da Adoção de Livro, Ficha ou Listagens Computadorizadas para as obras e serviços de engenharia realizados pela Prefeitura Municipal de Envira (art. 2º, I, da Lei nº 27/2012 TCE/AM);
 - b) Justificar a ausência de Diário de Obra ou documento equivalente relativo ao período da obra (art.67, § 1º da Lei 8666/93, art. 1º da Resolução nº 1024/2009 CONFEA (livro de obra) art. 2º, III da Resolução nº 27/2012 TCE/AM);
 - c) Justificar a ausência de Registros Fotográficos da obra antes evidenciando a necessidade e a realidade encontrada de cada um dos ramais onde houve intervenção; durante o acompanhamento e andamento da realização de cada uma das etapas de realização dos serviços contratados e após demonstrando o estado de conclusão de todos os serviços executados demonstrando que os mesmos foram fielmente executados conforme especificações da Resolução nº 27/2012-TCE/AM);
 - d) Justificar a prorrogação da execução da obra por 60 (sessenta) dias (1º TCE/AM considerando que o prazo inicialmente contratado foi de 120 (cento e vinte) dias, em caso de ausência de justificativas e/ou pareceres técnicos e/ou jurídicos que embasassem os Aditivos no exercício de 2016. (art. 57 da Lei 8666/93);
 - e) Justificar a ausência do Termo de Recebimento Definitivo (art. 73, I, “b” da Lei 8666/93, “h” da Resolução nº 27/2012 TCE/AM);
 - f) Justificar a ausência de Projetos de Engenharia, Planta de Locação, Perfil Longitudinal e Transversais e Longitudinais, entre outros (desenhos, etc.) que demonstrem de forma objetiva o objeto do Projeto Básico, bem como, os volumes dos quantitativos levantados no orçamento e posteriormente pagos pela fiscalização da obra (art. 6º, IX, “e” c/c art. 57 da Lei 8666/93);
 - g) Apresentar justificativas técnicas em relação a todos os profissionais alocados na Administração das Obras, devendo apresentar relação de todos os profissionais da EQUIPE TÉCNICA responsável pela execução da obra, com a cópia das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia de Serviço (SEFIP) e Informações à Previdência Social (GFIP). A relação apresentada deve ser em conformidade com o Manual sobre a GFIP e SEFIP (<http://www.informanet.com.br/sefip.htm>), contendo os seguintes elementos mínimos: relações de empregados contratados (mês), documento este gerado pela contratada para o tomador de serviço contratado, devendo constar as informações de todos os profissionais envolvidos na execução do objeto contratado, além do salário e os valores recolhidos;
 - h) Justificar a execução dos serviços contratados e pagos relativos aos serviços de recuperação de estradas vicinais do Cobrinha – 3,0km, Cabral – 1,60km, Cacau – 4,5km, Espinheiro – 7,0km, Sebastião – 4,5km, Foz do Envira – 1,0km e Queimada – 6,0km; visto que não consta comprovação da regular aplicação dos recursos, dos serviços executados com seus valores previstos, devido à ausência dos Projetos de Engenharia identificando os volumes de materiais bem como suas respectivas espessuras das camadas, identificação das jazidas de materiais e ainda a patrulha mecanizada utilizada para realização dos serviços que comprovem a forma cabal os serviços contratados, liquidados e pagos no contrato em tela. Sendo assim, as razões de defesa, justificativas e/ou documentos junto a esta Corte de Contas, assegurem



ACÓRDÃO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal), sendo-lhe dada a possibilidade de recolher os valores no montante de R\$ 366.542,06 (trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e seis centavos), decorrentes da não comprovação da regular aplicação de recursos dispendidos em obras e/ou serviços de engenharia não liquidados e pagos, sujeitos a fiscalização por esta Corte de Contas. Ressalte-se que a carga da prova é do gestor ou de quem quer que seja que se utilize dos recursos públicos (art. 9º da Lei nº 200/1967; Acórdão nº 247/2003-1ª Câmara TCU);
- i) Os balancetes mensais, via sistema e-Contas, da Prefeitura Municipal de Envira, referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016, foram encaminhadas extemporaneamente a esta Corte de Contas, conforme estabelecido no art. 15 c/c o art. 20, II, com nova redação dada pela LC n. 24/2000 e Resolução nº 13/2015;
 - j) Atraso no envio de remessas ao Sistema GEFIS de todos os bimestres de 2016 em decorrência do descumprimento ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução nº. 24/2013;
 - k) Descumprimento de Prazo no Sistema GEFIS sobre a publicação referente ao 3º/4º semestre de 2016 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC 101/2000;
 - l) Desatualização do Portal da Transparência em consultas realizadas em 24/05/2016, 02/09/2016, 26/10/2016 e 31/03/2017 em descumprimento aos arts. 48, 52, 55 da Lei Complementar 101/00, ao não disponibilizar os instrumentos de transparência da execução do Orçamento (Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal de 2016);
 - m) Inconsistência de dados informados ao Sistema GEFIS em relação à Prestação de Serviços, objeto do Processo TCE 11.583/17;
 - n) Descumprimento de Prazo nas remessas do Sistema GEFIS referente ao 1º semestre de 2016 do Relatório de Gestão Fiscal, em descumprimento ao prazo de 60 dias estabelecido na alínea h, da Lei 2423/96 (redação dada pela Lei Complementar Estadual 120/2013);
 - o) Descumprimento de Prazo dos informes no sistema GEFIS sobre a publicação referente ao 1º semestre de 2016 do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, em descumprimento ao prazo estabelecido no § 2º, da LC n.º 101/2000;
 - p) Disparidade maior que 5% em relação a previsão de receita do município e a receita realizada, na forma que o método adotado de previsão pode estar não considerando os impactos macroeconômicos de forma íntegra;
 - q) Desatualização do Portal da Transparência face ao descumprimento dos critérios expostos no item I desta peça técnica (análise de portal da transparência segundo a Resolução ATRICO nº 01/2016);
 - r) A quantidade total de cargos de Fiscais de Tributos existentes, os requisitos para ingresso no cargo e a legislação correlata;
 - s) A existência de código tributário municipal atualizado enviando arquivo com seu conteúdo e comissão;
 - t) A existência de definição legal da zona urbana, da Planta Genérica de Valores (PGV) atualizada e comissão os respectivos arquivos com seu conteúdo;
 - u) A existência de cadastro imobiliário que contenha endereço e número de CPF ou CNPJ, atualizado e o total de imóveis registrados em tal cadastro;



ACÓRDÃO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- v) A existência de sistema informatizado para gerenciar a arrecadação do IPTU e atualização;
- w) O total de fiscais de tributos alocados na gestão do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN);
- x) A existência de cadastro de prestador de serviços, inclusive o total de prestadores cadastrados no referido sistema, se existente;
- y) A existência de sistema informatizado para gerenciar a arrecadação do ISSQN e atualização;
- z) A instituição, no município, de taxas, de serviço ou de polícia, enviando a legislação que fundamenta a sua cobrança;
- aa) A instituição da Contribuição para o custeio de Iluminação Pública (COSIP) enviando a legislação que fundamenta a sua cobrança;
- bb) A existência de órgão específico responsável pela administração e gerência da cobrança, informando e enviando à comissão a legislação que fundamenta a sua cobrança;
- cc) A existência, no município, de concessão de benefícios fiscais informando: Benefícios concedidos, renunciado; Leis e normas correlatas que possibilitaram seu deferimento;
- dd) Ausência de comprovação de encaminhamento da Prestação de Contas Anuais ao Conselho Municipal de Saúde da União e do Estado no prazo previsto em Lei (30/04) conforme art. 51, § 1º, inc. I da Lei nº 101/2000;
- ee) Justificar o Déficit na execução orçamentária no montante de R\$ 104.915,11, em virtude de providências efetivas, desacordo com o estatuído nos arts. 169 da CF/88, e 9 da Lei nº 101/2000. Dados extraídos do balanço orçamentário de 2016;
- ff) Identificar as ações e programas elaborados para o alcance de meta prevista na Lei nº 101/2000;
- gg) Quantificar os recursos orçamentários e financeiros alocados em cada uma das ações previstas;
- hh) Identificar os percentuais de execução desses valores para a realização das finalidades a que se destinam;
- ii) Identificar se há índices de avaliação do sucesso dessas ações e programas implementados;
- jj) Indicar se há Associação dos Pais no Município, trazendo aos autos endereços, nomes dos representantes e telefones;
- kk) Se há no município o correspondente plano de educação aprovado em lei;
- ll) Apresentar a composição e justificar a inscrição no Balanço Patrimonial, na conta "Despesa com pessoal em trânsito realizáveis a curto prazo" sem as devidas ações de cobrança ou execução, para que permita identificar a previsão da entrada dos recursos nos cofres públicos municipais (atendendo aos princípios da Constituição Federal, princípios da eficiência e economicidade);
- mm) Apresentar o Ato de Nomeação, Ata e Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo Municipal de Saúde;
- nn) Descumprimento à determinação contida na Lei Federal nº 11.738/08 no tocante ao pagamento dos professores prevista no art. 2º com a atualização do art. 11. 5º e prazo do art. 6º, visto que os professores municipais é pago salário mínimo e gratificação de regime de classe, o que não deve ser considerado para fins de cumprimento conforme ADIN 4167 – STF.



ACÓRDÃO Nº 9/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

Vencido o voto do Relator, Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas da Prefeitura, julgar irregular a Prestação de Contas Anual, aplicação de multa, determinações e notificação ao Responsável.

- 11- **Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 6 de Maio de 2020.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral